

Sistematização discute a estrutura da nova Carta

BRASÍLIA — A estrutura do texto da futura Constituição e o preâmbulo feito pelo Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) no anteprojeto que entregou na última sexta-feira ao Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), são os dois temas previstos para a reunião de hoje da Comissão de Sistematização. A informação é do Presidente da Comissão, Senador Afonso Arinos (PFL-RJ).

A reunião, que começará às 15 horas, será realizada no plenário da Câmara dos Deputados. Segundo Arinos, a disposição capitular da futura Constituição é uma questão importante na apresentação gráfica da matéria. "Portanto, esse é um assunto que pode começar a ser debatido", afirmou.

O Senador informou que o preâmbulo do Relator Bernardo Cabral também poderá entrar em discussão hoje. Ele lembrou que, além desta, existe uma proposta de preâmbulo da Comissão Afonso Arinos, de sua própria autoria. Essa proposta é mais extensa que a de Cabral e foi feita com base nas constituições europeias. "Mas como houve preferência por um preâmbulo menor, vamos debatê-lo", explicou.

Desde a madrugada de ontem, começaram a ser entregues aos membros da Sistematização cópias do relatório de Bernardo Cabral e, de

acordo com o Prodasen, os textos foram enviados às residências dos parlamentares. No Congresso, foi montado um plantão para atendimento a parlamentares que quisessem obter mais rapidamente suas cópias.

Segundo o analista de Sistemas, Benedito da Silva Gomes, houve erros nas remissões internas do texto de Cabral. Por isso, está sendo preparada uma errata, com as correções necessárias.

O calhamaço de 501 artigos, resultado do trabalho de 24 Sucomissões e oito Comissões, entregue pelo Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, aos Presidentes da Constituinte, Ulysses Guimarães, e da Sistematização, Afonso Arinos, deverá sofrer profundas alterações antes de ser discutido e votado pelos 559 constituintes. O verdadeiro anteprojeto de Constituição será feito pelo Relator daqui a dois meses, quando o seu substitutivo — que será a soma depurada desse texto com as emendas apresentadas em plenário — for apresentado novamente, com solenidade, por Ulysses a todos os constituintes.

Bernardo Cabral deverá fazer mudanças de conteúdo e reduzir quase à metade o total de artigos. "Tem gente considerando a compatibilização das propostas um trabalho acabado. Mas tudo terá que ser votado e deverá ser muito modificado", diz o Relator.



Arinos explica a importância da disposição dos capítulos na Constituição

Desde ontem, a Comissão de Sistematização está recebendo emendas ao trabalho de harmonização feito pelo Relator e pelos dois grupos de relatores auxiliares. Não serão aceitas emendas que alterem o mérito das matérias. Todos os constituintes terão cinco dias para apresentar as emendas e Bernardo Cabral mais

dez para redigir o texto final. Esse agregado de relatório das comissões com alguns artigos nascidos das conveniências políticas do partido majoritário — o PMDB — será lido em plenário no dia 18 de julho, provavelmente.

A partir daí, durante 40 dias, o texto será o centro das atenções de to-

dos os constituintes. Serão 30 dias de emendas e mais dez de discussões, que redundarão em mudanças no conteúdo do anteprojeto.

Ao final desse prazo, o Relator terá a matéria-prima para trabalhar o seu substitutivo. Espera-se que todas as emendas não aproveitadas até agora sejam novamente reapresentadas. Serão milhares. Cabral, então, terá que elaborar um texto totalmente novo, num prazo de 25 dias. E o plenário da Sistematização terá apenas 48 horas para emendá-lo. Em outubro — sem dia marcado — o substitutivo entra em votação, que será feita em dois turnos, por maioria simples. Não haverá mais Comissões funcionando.

Até a votação em plenário, a Comissão de Sistematização, presidida por uma das grandes estrelas da Constituinte, o Senador Afonso Arinos, apresentará o grande ensaio do que serão as discussões. Nas 93 vagas, os partidos colocaram todos os seus pesos pesados, tanto em nível de liderança político-partidária como juristas.

Ao contrário das Subcomissões e Comissões — umas concentrando os "progressistas", outras os "moderados" — a Comissão de Sistematização reúne o meio-termo ideológico, ficando as definições, tanto à esquerda quanto à direita, com as menores

fatias. É na negociação que os dois lados apostam para conquistar apoio.

O PMDB, se fosse um partido e não uma frente, poderia resolver tudo sozinho. Tem 49 membros, incluindo o Relator Bernardo Cabral. Seu co-irmão de Aliança Democrática, o PFL, tem 24 e o Presidente, Afonso Arinos. O que restou foi dividido entre os outros partidos. O PDS indicou seis membros, entre eles o seu Presidente, Jarbas Passarinho, e o Relator da Constituição de 1967, Konder Reis. O PTB e o PDT têm o mesmo número: três. O PT indicou dois e o PCB, PMB, PL, PC do B e PSB um.

A diferença numérica não tem grande importância, pois a Constituinte tem se dividido em grupos de interesses ou ideológicos. Mas há uma questão comum, tanto na Sistematização como no plenário: a negociação. Se não houver boa vontade para o entendimento, na avaliação geral, a Constituição não ficará pronta tão cedo. Todas as votações serão nominais. Ou seja, artigos, parágrafos, incisos, destaques e até frases isoladas têm que ser votadas por todos os constituintes, nominalmente. Se houver um trabalho bem feito de obstrução — e nisso há craques em todos os partidos — ninguém arrisca um palpite sobre quando ficará pronta a nova Carta.

Ulysses quer firmar pacto político quando Constituição ficar pronta

SÃO PAULO — O Presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, que ontem teve um encontro com o Governador de São Paulo, Orestes Quércia, no Palácio dos Bandeirantes, disse que o pacto político deve ser firmado no encerramento da nova Constituição, até porque essa seria uma forma de eternizar através da classe política uma série de aspirações populares.

Isso, contudo, não o impede de ouvir a proposta do Presidente do PFL, Senador Marco Maciel, que pretende formar uma coalizão suprapartidária capaz de superar qualquer impasse político-institucional. O encontro entre os dois para discutir esse assunto ainda não foi marcado, mas Ulysses acredita que qualquer esforço para a manutenção da democracia deve ser aceito sem preconceitos.

Segundo o Presidente da Câmara, esse entendimento poderá se dar de forma prática a partir da votação da Comissão de Sistematização, no dia 10 de julho. Em relação ao seu encontro com o Governador de São Paulo, Ulysses disse que ambos constataram que questões como o mandato presidencial e o regime de Governo não fazem parte do programa do PMDB e, portanto, deverão ficar em aberto na convenção nacional que o Partido fará realizar no dia 19 de julho.

Ulysses recordou que antes das



Ulysses diz a Quércia que o PMDB deve buscar a unidade na convenção

eleições do ano passado já defendia um mandato presidencial de cinco anos para o Presidente Sarney. Mas disse que essa posição não o faria capaz de tomar qualquer atitude isolacionista contra o Senador Mário Covas (PMDB-SP) ou outros parlamentares do Partido que defendem um mandato presidencial de quatro anos.

Ulysses disse ainda que sua preocupação atual é não prejudicar a unidade do PMDB em uma convenção que vai reunir opiniões de 806 delegados nacionais, onde certamente haverá dezenas de idéias diferen-

tes. Ontem foi a primeira vez que ele discutiu essa preocupação com o Governador de São Paulo e declarou contar com o apoio de Quércia para atingir a unidade através do diálogo e entendimento em nível interno do Partido.

O Presidente da Câmara informou também que está sendo elaborado um documento propondo essas idéias básicas do PMDB, entre as quais que não se pode ir à convenção do Partido com o pressuposto de que haverá divisões insuperáveis entre os companheiros.

O Globo
ANC 28 JUN 1987